

Superior Tribunal de Justiça

SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.572 - DF (2019/0270238-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL
REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
INTERES. : TERMELETRICA PERNAMBUCO III S.A
ADVOGADOS : BRUNO BITTAR - DF016512
JULIÃO SILVEIRA COELHO - DF017202
PEDRO HENRIQUE MACIEL FONSECA E OUTRO(S) -
DF034315

DECISÃO

A AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) requer a suspensão dos efeitos do acórdão da 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) que, nos autos da Apelação n. 0062008-8.2015.4.01.3400, deu parcial provimento ao recurso e manteve a liminar concedida nos autos da Tutela Cautelar Antecipada n. 1001336-27.2018.4.01.0000, para impedir a aplicação de sanções à ora interessada.

Na origem, TERMELETRICA PERNAMBUCO III S.A. ajuizou ação contra a requerente, buscando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato celebrado em decorrência do Leilão de Geração n. 3/2008.

O Juízo de primeiro grau julgou improcedente a demanda, extinguindo o feito com resolução do mérito (fls. 56-62). Contra essa decisão, a interessada interpôs a referida apelação e formulou pedido de tutela cautelar antecedente.

O Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, do TRF1, deferiu a tutela pleiteada e atribuiu efeito suspensivo à apelação, impedindo, até o julgamento final do recurso de apelação, a imposição de penalidades relacionadas aos fatos discutidos nos autos à ora interessada (fl. 77).

No julgamento do mérito, o TRF1, por unanimidade, deu parcial provimento à apelação para anular a sentença e determinar o retorno dos autos à origem para realização de perícia. Também manteve a liminar concedida nos autos da tutela cautelar antecipada.

Superior Tribunal de Justiça

A presente contracautela tem por finalidade suspender o efeito do acórdão impugnado quanto à manutenção da decisão cautelar que impede a aplicação de sanções à ora interessada. A requerente argumenta que o *decisum* acarreta grave lesão à ordem e à economia públicas e pode desencadear efeito multiplicador ante o risco de usinas termelétricas adotarem expediente semelhante ao da interessada.

A interessada apresentou impugnação às fls. 132-172.

É o relatório. Decido.

Cabe a suspensão de liminar em ações movidas contra o Poder Público se houver manifesto interesse público ou flagrante ilegitimidade e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas (art. 4º da Lei n. 8.347/1992).

Ademais, a Corte Especial do STJ firmou o entendimento de que a interferência do Poder Judiciário em regras de elevada especificidade técnica do setor elétrico por meio de liminar configura grave lesão à ordem pública (AgInt na Pet no ARE no RE nos EDcl no AgRg na Pet na SLS n. 1.911/DF, de minha relatoria, DJe 14/12/2018).

No caso, a grave lesão à ordem pública administrativa está configurada na medida em que o acórdão impugnado, que manteve medida liminar impeditiva de aplicação de sanções à ora interessada, impossibilita a ANEEL de exercer suas funções fiscalizadora e sancionadora, especificamente no tocante à averiguação do cumprimento do contrato firmado com a Termelétrica Pernambuco III.

A decisão impede, de modo oblíquo, o exercício do poder de polícia da agência, entre outras funções a ela inerentes, o que é interferência em outro Poder. Trata-se de setor essencial, que exige segurança, previsibilidade e estabilidade (SS n. 2.806/DF, relator Ministro Francisco Falcão, DJe de 18/12/2015; SLS n. 2.377/DF, de minha relatoria, DJe de 24/10/2018).

Nesse contexto, o acórdão impugnado, ao manter a referida decisão liminar, acabou por afetar diretamente o exercício desse poder-dever da administração, especialmente porque o pedido da ação principal de equilíbrio contratual não guarda congruência alguma com o impedimento do poder de polícia administrativa da ANEEL. É evidente que a cautelar deferida não tem por consequência a garantia da remuneração dos serviços de fornecimento de energia elétrica e seu reequilíbrio, que é o objeto da

Superior Tribunal de Justiça

referida ação principal. A única cautelar imaginável nesse tipo de ação seria uma que garantisse a solvabilidade do setor, o que não está em causa.

A alegação da empresa de que o acórdão "transitou em julgado" em relação à cautelar não é impeditiva de suspensão de seus efeitos, diante da cláusula *rebus sic stantibus*, que permeia toda e qualquer decisão de natureza cautelar (STJ, AgInt nos EDcl no REsp n. 1.684.912/BA, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe de 17/5/2019). No caso, quanto mais se impede o exercício fiscalizador da ANEEL, mais se agrava a lesão à ordem administrativa pelo Judiciário em decisão de caráter precário.

Os demais argumentos da empresa dizem respeito à admissibilidade de recurso especial, matéria estranha à suspensão de liminar e de sentença (aplicação das Súmulas n. 5 e 7 do STJ e ausência de violação de lei federal).

Sublinhe-se que, na essência do litígio, está o fornecimento de energia em região que pode, a qualquer momento, a depender do regime de chuvas, necessitar do acionamento da termelétrica; portanto, é imprescindível a atuação administrativa para atestar as condições do fornecimento de eletricidade. Logo, a urgência e o interesse público são evidentes, ainda que a decisão de manutenção da cautelar tenha sido deferida há algum tempo, pois o quadro de carência de energia pode resultar em demanda imediata e fiscalização específica da ANEEL.

Da forma posta no acórdão, que confirma a cautelar deferida monocraticamente, a empresa não precisa cumprir o contrato de disponibilidade energética a que se obrigou, mas continua a receber mensalmente a contrapartida remuneratória pela mesma disponibilidade sem sofrer nenhuma fiscalização ou eventual penalidade.

Assim, a decisão ora impugnada implica embaraço desproporcional ao exercício de atividade administrativa, em contrariedade ao interesse público, com graves repercussões, inclusive atinentes ao efeito multiplicador possivelmente pretendido por outras empresas do setor, o que causa perigoso desequilíbrio sistêmico.

Registre-se, por fim, que não há como analisar a natureza do contrato de disponibilidade celebrado com a interessada, se aleatório ou comutativo, tampouco examinar a controvérsia acerca do reequilíbrio econômico-financeiro, por serem matérias atinentes ao mérito da ação originária, alheias à via suspensiva.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **defiro o pedido de suspensão para sustar os efeitos do acórdão da 6ª Turma do TRF1 na Apelação n. 0062008-8.2015.4.01.3400, tão somente na parte em que manteve a liminar concedida nos autos da Tutela Cautelar Antecipada n. 1001336-27.2018.4.01.0000.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

